Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	6
5.5 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	7
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	16
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	17
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	18
10.5 - Políticas contábeis críticas	19
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	20
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	21
10.8 - Plano de Negócios	22
10.9 - Outros fatores com influência relevante	23

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Controladoria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Controladoria, através do Departamento de Tesouraria, identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece os princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Risco de mercado

Risco de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo e do excedente de caixa investido em papéis pós-fixados, como CDBs. Os empréstimos tomados e investimentos às taxas variáveis expõem a Dimed ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e investimentos emitidos às taxas fixas expõem a Dimed ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante o primeiro trimestre de 2017 e 2016, os empréstimos e investimentos da Dimed às taxas variáveis e fixas eram mantidos em Reais.

A Dimed analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, bem como novas possibilidades de investimento do excedente de caixa. Com base nesses cenários, a Dimed define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos e os ativos que representam as principais posições com juros.

Análise de sensibilidade

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade das taxas de juros nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando período de 12 meses, seguido de dois outros cenários, sendo o cenário II uma possível variação de 25% nas taxas de juros e o cenário III uma variação de 50% nas taxas de juros, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

Indices	Operação	Cenário Provável (Cenário I)	Cenário II (variação 25%)	Cenário III (variação 50%)
CDI - %		11,25	14,06	17,57
TJLP - %		7,0	8,75	10,93
	Aplicações financeiras - renda fixa	1.499	1.874	2.341
	Financiamentos	7.228	9.035	10.842

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes pessoas jurídicas e pessoas físicas, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades classificadas com *rating* mínimo "A" ou que possuam operações de reciprocidade com a Companhia. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites de crédito é monitorada regularmente, através de reuniões semanais e sistemas eletrônicos. As vendas para clientes das filiais de varejo são liquidadas em dinheiro, cheque, convênios ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada corporativamente através do Departamento de Tesouraria, com base em informações fornecidas pelas unidades operacionais e pelo Departamento de Compras. A Tesouraria monitora as previsões de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não ultrapasse os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restricões de moeda.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

(a) Riscos para os quais se busca proteção; (b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge); e (c) Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

A gestão dos riscos com taxas de juros é responsabilidade da Área de Controladoria. Segundo a **Política de Gerenciamento de Liquidez** da empresa, os recursos disponíveis no caixa devem ser investidos em instrumentos financeiros de renda fixa, tendo instituições financeiras de primeira linha como emissoras (preferencialmente instituições que já tenham relacionamento com a Companhia em outros serviços financeiros). Qualquer investimento de recursos em instrumentos de renda fixa em bancos que não tenham relacionamento prévio com a Companhia deve ser aprovado pelo Controller. O investimento de recursos em instrumentos financeiros que não sejam de renda fixa somente poderá ser autorizado pelo Diretor Administrativo Financeiro.

Segundo a mesma **Política de Gerenciamento de Liquidez**, a Companhia privilegia a utilização de recursos próprios como fonte de financiamento primária para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes. É responsabilidade da Área de Controladoria monitorar o mercado em busca de opções de financiamento vantajosas do ponto de vista de **custo de oportunidade** e **prazo de vencimento**. O custo de oportunidade, dentro do contexto atual da Companhia, deve ser entendido como a remuneração do caixa aplicado em operações financeiras de renda fixa contra o custo de captação de recursos. A tomada de novas linhas de crédito é feita com aprovação do Diretor Administrativo Financeiro.

Por não haver exposição direta a riscos cambiais e riscos de commodities, a **Política de Gerenciamento de Liquidez** não contempla estes aspectos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia estabelece controles internos que considera eficazes e confiáveis para a maior transparência e confiabilidade da apresentação de suas demonstrações financeiras, dirimindo possíveis riscos de fraudes e mitigando os riscos. Existe uma validação sistemática do Setor de Controladoria no que tange as informações gerenciais e as demonstrações financeiras da Companhia através de reuniões semanais, inclusive com o acompanhamento do orçamento (Orçado x Realizado) onde também é validado junto aos gestores dos centros de custos onde os valores são alocados e acompanhados. Nas demonstrações financeiras possuímos um trâmite de validação, passando primeiramente pela elaboração e revisão na área Contábil, em seguida validado pelo setor de controladoria, sendo aprovado pela Diretoria, Conselho de Administração e posteriormente examinadas pela Auditoria Externa. Também possuímos um setor de Auditoria Interna e de Prevenção de Perdas que é responsável também pelo atendimento às boas práticas de controles internos.

Existe um processo sistemático de melhorias nos controles internos e processos que são base para a formalização das demonstrações financeiras

b) as estruturas organizacionais envolvidas.

A Companhia possui uma estrutura sólida composta pelo Setor de Controladoria, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, além do setor de Auditoria e Prevenção de Perdas. Todas as áreas envolvidas na estrutura são responsáveis pelo monitoramento e controle, bem como na implementação das práticas de melhoria contínua nos controles internos da Companhia.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

A eficiência dos controles internos é supervisionada pelo Diretor de Controladoria, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Presidente, demais Diretores, Coordenador de Auditoria e Prevenção de Perdas e pelos membros do Conselho de Administração através dos procedimentos elencados na letra a) acima.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

A auditoria independente apontou em seu relatório sobre os controles internos da companhia as seguintes recomendações:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Controle de contingência das causas possíveis

Foi apontado que a Companhia possui controle nos processos de causas possíveis, no entanto, com base no retorno da circularização dos advogados será reforçada a necessidade de atualização periódica dessas causas possíveis.

Melhoria dos controles gerais de TI

Houve apontamentos no que no que diz respeito aos controles de acesso, gerenciados pela área de Tecnologia da Informação, sendo recomendado uma revisão periódica nestes controles de acessos visando principalmente manter as funções devidamente segregadas, cabe ressaltar que durante o ano de 2017 a Companhia vem desenvolvendo ações no processo de implantação de rotinas internas para essa revisão.

Avaliação de Impairment de Ativos Imobilizados

Outro ponto abordado foi a recomendação de que a Companhia revisasse o critério utilizado na metodologia para apurar o valor recuperável de um ativo, sugerindo assim, a utilização de um critério mais analítico do que utilizamos atualmente para esta avaliação.

Destacamos que a Companhia está sempre aprimorando os processos e sistemas internos para assegurar o fiel cumprimento das recomendações da auditoria externa, mitigando seus riscos.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Conforme destacado na letra d) deste item, existe uma preocupação constante no aprimoramento dos sistemas internos da Companhia bem como na melhoria dos processos apontados pela Auditoria Independente. Os Diretores da Companhia estão em consonância com as recomendações da Auditoria Independente garantindo assim a fidelidade nas informações apresentadas ao mercado principalmente aquelas voltadas para as Demonstrações Financeiras. A Companhia realiza reuniões constantes para tratar dos apontamentos da Auditoria Independente buscando a melhorara de seus processos de controles internos. As recomendações da Auditoria Independente relativa à Auditoria das Demonstrações Financeiras do ano de 2016 não representou mudança nas informações divulgadas pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não houve alteração significativa nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens específicos deste Formulário de Referência.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

As disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) apresentam um saldo de R\$ 22.340 em 31 de dezembro de 2016, o que representou um aumento em comparação às disponibilidades registradas em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 5.338.

Em linha com o disposto no comentário anterior, o saldo das Contas a Receber de clientes em 31 de dezembro de 2016 totaliza R\$ 182.428, representando uma redução de R\$ 6.439, se comparado à mesma data do ano de 2015. O saldo de Estoques totalizou R\$ 357.037 em 31 de dezembro de 2016, um acréscimo de R\$ 49.197 com relação a 2015. Complementando o conceito de necessidade de capital de giro, a conta de fornecedores totalizou R\$ 250.242 em 31 de dezembro de 2016, um acréscimo de R\$ 40.479 em relação a 2015.

Do ponto de vista das fontes de financiamento onerosas, a conta de empréstimos e financiamentos (Passivo Circulante) em 31 de dezembro de 2016 somou R\$ 28.778, um aumento de R\$ 8.557 se comparado a 31 de dezembro de 2015. A conta de empréstimos e financiamentos (Passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2016 somou R\$ 59.195, uma redução de R\$ 28.462 se comparado a 31 de dezembro de 2015.

O capital social da Companhia aumentou de R\$ 295.000, em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 325.000 em 31 de dezembro de 2016. Em 2016, a Companhia gerou lucro liquido de R\$ 53.059.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

Não se aplica.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O controle de liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área de Tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e as fontes de captação de recursos, quando necessárias, sejam suficientes para honrar o cronograma de compromissos, sem trazer riscos e mantendo uma postura conservadora.

Em 2016, as disponibilidades totalizaram R\$ 22.340. O endividamento total da Companhia em 2016 fechou em R\$ 87.973, com uma redução de 18,45% em relação a 2015 (R\$ 19.905), Parcela significativa dos vencimentos das dívidas é de longo prazo (R\$ 59.195). Isto evidencia a preocupação com a manutenção de um grau de alavancagem financeira baixo, consequência da política conservadora em relação aos índices de Endividamento e Liquidez. Conclui-se que a Companhia apresenta liquidez e capacidade de pagamento suficiente para honrar todos os compromissos financeiros assumidos, mesmo na hipótese de liquidação antecipada dos mesmos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A política de investimentos da Companhia privilegia a utilização de recursos próprios como fonte de financiamento primária para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes. Além disso, a área de Tesouraria tem como função monitorar o mercado em busca de opções de financiamento vantajosas do ponto de vista de custo de oportunidade e prazo de vencimento. Com prévia aprovação da diretoria, e dentro dos parâmetros supracitados, a Companhia pode utilizar *funding* de instituições financeiras e outros órgãos.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para o exercício de 2017, a Companhia pretende manter a mesma política no que diz respeito a fontes de financiamento, privilegiando recursos próprios e monitorando oportunidades pontuais no mercado.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

No quadro abaixo estão descritas as características das linhas de empréstimos e financiamentos em aberto em 31/12/2016:

		Controladora		Consolidado	
	Intervalo de Taxas (% a.a.)	2016	2015	2016	2015
BNDES Automático	TJLP + 2,40% a 4,30%	-	6.319	-	6.319
BNDES Finame	3,00% a TJLP + 3,40%	1.531	2.805	1.801	3.191
BNDES Finem	TJ462 + 3,55% a Selic + 4,55%	21.313	28.434	21.313	28.434
Capital de Giro - Badesul Debênture – Banco	CDI + 2,00%	2.500	7.500	2.500	7.500
Bradesco	CDI + 1,31%	62.359	62.434	62.359	62.434
		87.703	107.492	87.973	107.878
Circulante		28.661	20.104	28.778	20.221
Não circulante		59.042	87.388	59.195	87.657

Dado o grau de endividamento e alavancagem, não há grau de subordinação entre as dívidas, bem como não há restrições relevantes no que diz respeito a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia possui um contrato de exclusividade com o Banco Bradesco S.A. na prestação de serviços de folha de pagamento e *cash management*. Além disto, não há outras relações relevantes com instituições financeiras no longo prazo.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

As linhas de financiamento já contratadas em 2016 e anos anteriores estão diretamente relacionadas com decisões de investimento já maturadas e definidas, com base em documentação escritural disponível para comprovação, não havendo limites relevantes na sua utilização identificados pela Companhia. Novas operações estarão sujeitas a analise de crédito das instituições financeiras envolvidas, bem como serão dependentes do correto enquadramento dos itens financiáveis nas linhas escolhidas.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

O ano de 2016 foi um período extremamente desafiador para a Companhia. Em Abril/2016, após o incêndio que consumiu todo o nosso centro de distribuição localizado na cidade de São José/SC, nosso modelo de negócios foi repensado para a região, de forma que pudéssemos manter nossa operação funcionando sem prejudicar nossos clientes finais. E, com base em um dos nossos Valores fundamentais ("Trabalhar em Equipe"), podemos dizer ao fim deste exercício que tivemos sucesso na execução de

PÁGINA: 10 de 23

todas as ações necessárias para manter nossa logística funcionando, manter nossas lojas com alto nível de serviço e manter nossos clientes satisfeitos.

O indicador inequívoco deste sucesso são os bons resultados obtidos pelo crescimento de Vendas, de Margem Bruta, de EBITDA e de Lucro Líquido no período. Também foi um momento de amadurecimento da estratégia de redução da participação de nossa distribuidora nas vendas consolidadas da Companhia, trazendo mais foco e rentabilidade para o negócio, ao mesmo tempo que ainda auxilia no ganho de escala para negociações de compra e na diluição de despesas fixas.

Em um ano em que o país enfrentou muitos desafios econômicos e políticos, nossa unidade de negócios Varejista apresentou números robustos, com um forte crescimento de vendas (16,7% nas vendas totais e 12,2% de SSS), bem como com um número elevado de abertura de lojas (32 no total, descontando transferências de pontos). Estes dois indicadores foram acompanhados por um crescimento de EBITDA na ordem de 15,0% (se ajustarmos este valor pelos lançamentos extraordinários referentes ao incêndio de São José/SC, o EBITDA cresceria 25,7%).

Diante dos fatos expostos, gostaríamos de agradecer a todos os nossos colaboradores e parceiros pela dedicação e trabalho ao longo de 2016.

CENÁRIO

O cenário traçado pela Administração para 2017 prevê crescimento nas vendas do Varejo. Por um lado, temos a expectativa de manutenção de boas taxas de crescimento SSS. Por outro lado, estamos prevendo a abertura de 50 lojas novas neste ano, o que representa uma aceleração em nosso ritmo de expansão. Com relação ao Atacado, prevemos redução no seu patamar de vendas. Cabe salientar que, diferentemente de 2016, não contaremos com uma inflação de preços relevante que ajude a impulsionar as vendas nominais. Dessa forma, entendemos que precisamos ser cautelosos, especialmente com nossas despesas, pois os desdobramentos da crise econômica e política, que permanece viva em nosso país, ainda são incertos. Mas reforçamos que mesmo diante de um cenário com incertezas, continuamos acreditando que o mercado apresenta boas oportunidades de negócios: a população segue envelhecendo, a renda, mesmo que se reduza, permanecerá em um patamar historicamente alto e a formalização da concorrência segue melhorando o ambiente competitivo.

INVESTIMENTOS

Os investimentos no ano de 2016 totalizaram R\$ 37.634 mil. Do total investido, 57,3% foi direcionado para a abertura e reforma de nossas lojas e 32,2% foi utilizado na área de Tecnologia da Informação.

RECEITA BRUTA

Apresentamos uma receita bruta de R\$ 2.260.023 mil em 2016, superando em 7,2% o resultado obtido no ano passado. Em relação ao último trimestre do ano, crescemos 6,0% na comparação com o 4T15.

Informações do Varejo

Em 2016, tivemos a abertura bruta de 32 lojas. Ao todo, contamos com 369 lojas espalhadas nos Estados do RS, SC, PR e SP. A empresa mantém a estratégia de expansão visando um crescimento sustentável e equilibrado, priorizando a utilização de recursos gerados pelo próprio negócio.

Ao final do período, possuíamos 17,4% de nossas lojas ainda em estágio de maturação (menos de 3 anos de funcionamento), não tendo, portanto, atingido o seu potencial de vendas e de rentabilidade, e contávamos com 82,6% das lojas já maduras.

O crescimento de vendas do varejo em 2016 foi de 16,7% em relação a 2015. No 4° trimestre, o crescimento foi de 17,0% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O crescimento médio de vendas de mesmas lojas ficou em 12,2% no ano de 2016, e 13,4% no 4T16 versus o 4T15.

Informações do Atacado

O Atacado em 2016 reduziu seu nível de vendas em relação a 2015. Esta redução na participação está alinhada com a estratégia da Companhia e foi acelerada com o incêndio de nosso centro de distribuição em São José/SC. Cabe salientar que continuamos trabalhando para melhorar as margens deste negócio, através de ações comerciais saudáveis e de uma eficiência crescente nos custos da operação.

PÁGINA: 12 de 23

MARGEM BRUTA

A partir do exercício de 2015, para fins de acompanhamento gerencial, passamos a demonstrar a margem bruta da Companhia somando a rubrica de "Outras Receitas Operacionais", composta por aportes e verbas de fornecedores destinados a fomentar vendas no Varejo e no Atacado. Este indicador ajustado representa com maior precisão as reais margens de operação de nossos negócios.

Dessa forma, a margem bruta de 2016 foi de 27,2%, representando um acréscimo de 1,5 ponto percentual em relação à margem bruta de 2015. Já o 4T16 apresentou uma margem bruta de 27,4%, contra uma margem bruta de 26,1% no 4T15, crescimento de 1,3 ponto percentual.

O crescimento observado na Margem Bruta em 2016 é consequência direta da estratégia de redução da participação do Atacado no total de vendas da Companhia.

DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas totalizaram R\$ 495.228 mil em 2016, equivalente a 23,5% da receita bruta. Já o 4T16 apresentou um percentual de 19,1% em relação a receita bruta, um aumento 0,6 ponto percentual sobre o 4T15.

Conforme já informado no relatório do 2º trimestre de 2016, optou-se por representar o 2T16 em um formato ajustado, considerando o reflexo de despesas não recorrentes ligadas ao sinistro em Santa Catarina. Dessa forma, o ano de 2016 também é representado de forma ajustada, representando um percentual de 21,5% sobre a receita bruta.

A não diluição das despesas com vendas no trimestre e no ano, apesar dos ganhos de produtividade atingidos, está relacionada com a forte queda de vendas no segmento atacadista.

PÁGINA: 13 de 23

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas totalizaram R\$ 55.726 mil em 2016 e representaram 2,6% da receita bruta, um acréscimo de 0,3 ponto percentual em relação ao ano anterior. A redução na venda do Atacado, conforme mencionado no item anterior, dificultou uma visualização da diluição nas despesas administrativas deste ano.

EBITDA

Atingimos em 2016 um EBITDA de R\$ 124.960 mil, um acréscimo de 0,3 ponto percentual sobre o EBITDA de 2015. Já quando analisamos o EBITDA do 4T16 em relação ao 4T15 verificamos um acréscimo também na ordem de 0,3 ponto percentual.

Conforme já informado no relatório do 2º trimestre de 2016, apresentamos o 2T16 de forma ajustada, levando em consideração os efeitos não recorrentes causados pelo sinistro em Santa Catarina. Assim, o ano de 2016 também é apresentado dessa forma, representando um percentual de 6,0% sobre a receita bruta, acréscimo de 0,8 ponto percentual sobre o exercício anterior.

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido de 2016 foi de R\$ 53.059 mil, representando 2,3% da receita bruta.

No lucro líquido optou-se, assim como nas despesas com vendas e no EBITDA, por apresentar o 2T16 em um formato ajustado, considerando o reflexo de despesas não recorrentes ligadas ao sinistro em Santa Catarina. Portanto, o ano de 2016 também é representado de forma ajustada, representando um percentual de 2,7% sobre a receita bruta.

FLUXO DE CAIXA LIVRE

Registramos um fluxo de caixa livre positivo no ano de 2016 de R\$ 41.730 mil, um crescimento de 87,0% sobre o fluxo de caixa livre de 2015.

CICLO DE CAIXA

A companhia reduziu seu ciclo de caixa no 4T16 em 1 dia em relação ao 4T15 e 11 dias em relação ao 3T16.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações ordinárias (PNVL3) da Companhia, ao longo de 2016, apresentaram um crescimento na ordem de 139,9% (cotação de R\$ 280,00 em 04/01/2016 e cotação de R\$ 668,99 em 29/12/2016). O IBOVESPA, neste mesmo período, apresentou valorização de 42,9%.

REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

A Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos, com base no resultado obtido em 2016, deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio de R\$ 16.500 mil, conforme tabela abaixo:

FORMA DE REMUNERAÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR POR AÇÃO ON	VALOR POR AÇÃO PN	DATA DE PAGAMENTO
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	2.167	0,470650	0,517715	31/08/2016
Juros sobre capital próprio - 2ª parcela	2.167	0,470650	0,517715	30/09/2016
Juros sobre capital próprio - 3ª parcela	2.166	0,470650	0,517715	31/10/2016
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	3.334	0,724076	0,796484	31/03/2017
Juros sobre capital próprio - 2ª parcela	3.333	0,724076	0,796484	28/04/2017
Juros sobre capital próprio - 3ª parcela	3.333	0,724076	0,796484	31/05/2017
Total	16.500	3,584178	3,942597	

ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS

A Companhia acredita e fomenta as boas práticas fiscais, a formalização e a transparência do setor em que atua, tendo sido a primeira empresa no Brasil a emitir Nota Fiscal eletrônica, em 14 de setembro de 2006. Dessa forma, entendemos que os impostos pagos têm um papel fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Neste último ano, recolhemos aos cofres públicos R\$ 220.013 mil, sendo R\$ 78.617 mil de impostos federais, R\$ 139.491 mil de estaduais e R\$ 1.905 mil de municipais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os componentes mais importantes da receita na Companhia continuam sendo a venda de atacado e varejo. Segue quadro com detalhamento dos componentes da receita, referente aos dois últimos anos:

	Atacado		Varejo	
	2016	2015	2016	2015
Receita líquida de vendas e serviços	362.715	464.378	1.759.532	1.515.165

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais são decorrentes das especificações descritas no subitem "h" do item 10.1 deste relatório.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os fatores que impactam diretamente na variação das receitas são o volume e o preço das mercadorias vendidas. O volume reflete variações em função de características sazonais, principalmente em função do numero de dias úteis do mês e em função de características específicas de cada estação do ano. Por exemplo: venda de protetores solares no verão e venda de antigripais no inverno.

O preço reflete principalmente os reajustes anuais de medicamentos, dado o monitoramento realizado pelo governo nestes produtos. Estes reajustes seguem a tendência da inflação do ano anterior.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O reflexo da inflação se dá basicamente nos reajustes anuais definidos pelos órgãos reguladores do setor de medicamentos. Nas despesas, sempre que possível, buscamos adequar os reajustes dos contratos de prestação de serviços pela variação ocorrida nestes índices.

PÁGINA: 16 de 23

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

- a. introdução ou alienação de segmento operacional Não se aplica.
- constituição, aquisição ou alienação de participação societária
 Não se aplica.
- c. eventos ou operações não usuais
 Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais da Controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 não apresentaram mudanças significativas nas práticas contábeis.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O auditor externo, em seu relatório, explicitou que em sua opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dimed S.A. — Distribuidora de Medicamentos em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board — IASB.

PÁGINA: 18 de 23

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, diversas estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, avaliação das vidas úteis do ativo imobilizado, programa de fidelidade, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas consideradas pela Administração como mais críticas, podendo trazer efeitos significativos nos saldos contábeis, estão descritas a seguir:

Provisão para perdas no estoque

A provisão para perdas no estoque é estimada baseada nos estoques das lojas e centros de distribuição cujos prazos de vencimentos estejam próximos ao término da validade, sendo considerado suficiente pela Administração frente ao risco da perda destes estoques.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As estimativas para a realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa são baseadas em controles por faixas de vencimentos, onde são considerados como risco de inadimplência através da análise individualizada por clientes.

Provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

As estimativas para a constituição das provisões de contingências são analisadas pela Administração com base na opinião dos advogados da Companhia, onde são considerados fatores como a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A realização destas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados contabilmente dependendo do desfecho de cada processo judicial ou administrativo.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

PÁGINA: 19 de 23

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos Não se aplica.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos Não se aplica.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços Não se aplica.

iv. contratos de construção não terminada Não se aplica.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos Não se aplica.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos no ano de 2016 totalizaram R\$ 37.634 mil, reforçando a aposta da Companhia nos seus mercados de atuação e em novos mercados.

Para o ano de 2017 esperamos inaugurar mais 50 lojas com um aumento previsto de aproximadamente 16% no faturamento do varejo em relação a 2016.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As fontes são a capacidade da companhia na geração de caixa através de suas operações e as linhas de crédito obtidas junto ao BNDES e outras instituições financeiras de sua escolha (Ex.: Badesul).

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos Não se aplica.

b. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas Não se aplica.
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços Não se aplica.
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados Não se aplica.
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não identificamos outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.